Consultoria em Avaliação Independente para o Desenvolvimento

**A política de Género em Cabo Verde:**

Plano Nacional para o Combate à Violência Baseada no Género

2008 – 2011

***Sumário Executivo do***

***Relatório de Avaliação Final de Implementação***

Ana Cristina Guimarães Matos – Consultora Internacional

Carla Carvalho – Consultora Nacional

**30 de Setembro de 2011**

# 1. Introdução

A avaliação final do Plano Nacional para o Combate à Violência Baseada no Género – PNVBG foi organizada e contratada pelas equipes do Instituto Cabo-verdiano para a Igualdade e Equidade de Género – ICIEG e da Organização das Nações Unidas – ONU. Trata-se de um processo de consultoria independente, envolvendo uma equipa formada por uma consultora internacional e uma consultora nacional.

O propósito da avaliação final foi o de apreciar os progressos alcançados, de acordo com os resultados, objectivos e metas do PNVBG, compreendendo os processos e iniciativas implementados durante a execução do plano, entre 2008 e 2011, e as lições aprendidas com a implementação. A avaliação teve também carácter prospectivo, pois ocorre em um momento importante, às vésperas da preparação do segundo Plano Nacional para a Igualdade e Equidade de Género – PNIEG (2012 – 2016).

A avaliação teve como objectivos específicos:

* Identificar/ analisar os progressos alcançados no conjunto das intervenções programadas nas áreas de intervenção do plano e como contribuíram para o alcance de seus objectivos gerais e específicos;
* Identificar/ analisar as estratégias implementadas e os problemas encontrados durante a execução do plano e avaliar os meios/ estratégias de superação;
* Analisar como o quadro institucional e de parcerias previsto e implementado no âmbito dos planos contribuíram para o alcance dos resultados;
* Propor recomendações detalhadas para a continuidade do PNVBG.

# 2. ****Plano Nacional de Igualdade e Equidade de Género 2005-2011 (PNIEG)****

O PNVBG é um instrumento de mobilização de recursos e de implementação de acções com vista à prevenção e combate da VBG (cf. PNVBG, 2008:34). Este plano surge num contexto de ampliação de políticas concernentes à promoção da igualdade e equidade de género em Cabo Verde uma vez que os casos de VBG têm-se tornado numa questão pública e política. Uma questão pública porque a VBG tornou-se cada mais visível na sociedade, por uma lado, mas, também, por outro, porque integrou-se esta problemática na produção estatística e académica. E, uma questão política, porque a VBG é uma questão de direitos, igualdade e cidadania, de saúde pública e de promoção do bem-estar socioeconómico dos indivíduos.

A elaboração do PNVBG visa, por um lado, operacionalizar um dos eixos estratégicos do Plano Nacional para a Igualdade e Equidade d Género – PNIEG e que se refere à violência de género e, por outro, dotar as instituições públicas, as organizações da sociedade civil e os parceiros de desenvolvimento de Cabo Verde de um quadro de intervenção coerente e sistemático no domínio do combate à VBG (cf. PNVBG, 2008:10). A implementação do PNVBG constitui uma política pública de combate à VBG em Cabo Verde e cujo principal objectivo é contribuir para o combate à VBG e à promoção da igualdade de género e o reforço da autonomia das mulheres e raparigas (cf. PNVBG, 2008:37).

O PNVBG possui um conjunto de objectivos (cf. PNVBG, 2008:37), designadamente:

* A criação de mecanismos institucionais para a prevenção da VBG;
* A implementação de mecanismos institucionais de protecção e reinserção das vítimas e agressores(as);
* O desenvolvimento de um quadro institucional de seguimento e alerta rápido da VBG;
* O desenvolvimento de acções de empoderamento de meninas e mulheres visando o aumento de seu capital social e de uma participação autónoma no processo de tomada de decisões;
* O desenvolvimento de um plano de comunicação para a mudança de atitudes e comportamentos e de suporte à implementação do PNVBG.

O PNVBG estrutura-se em torno de cinco eixos estratégicos, designadamente a vertente jurídico-legal e institucional; a prevenção à VBG; a protecção das vítimas e agressores da VBG; a repressão/reinserção social e psicológica das vítimas e agressores; e a informação, educação e comunicação para mudança de comportamentos.

O primeiro eixo estratégico – vertente jurídico-legal e institucional – é a definição do quadro institucional, para a implementação do plano, e legal, para o acesso à justiça e ao direito (cf. PNVBG, 2005:38).

O segundo eixo estratégico – prevenção da VBG – será, por um lado, a criação de um Observatório de Alerta e Seguimento Rápido de casos de VBG, com antenas em todos os municípios, e, por outro lado, um trabalho de informação e comunicação no sentido de incutir nos mais jovens uma cultura de paz, cidadania e respeito pelos direitos humanos (cf. PNVBG, 2005:39).

O terceiro eixo estratégico – protecção das vítimas e agressores da VBG – será a implementação de mecanismos de protecção às vítimas, de apoio jurídico, psicológico e social assim como mecanismos de reinserção social dos agressores (cf. PNVBG, 2005:39-40).

O quarto eixo estratégico – repressão/reinserção social e psicológica das vítimas e agressores – será a dinamização de acções que permitam assegurar o reforço dos mecanismos institucionais (policias e judiciais) de combate à VBG assim como o reforço dos gabinetes existentes nos hospitais e o seu alargamento para outros hospitais e/ou centros de saúde (cf. PNVBG, 2005:40-41).

O quinto eixo estratégico – informação, educação e comunicação para a mudança de comportamentos – será o recurso ao IEC/CMC para a mobilização de actores e beneficiários directos e indirectos do plano (cf. PNVBG, 2005:41).

O PNVBG procura, em função dos eixos estratégicos definidos, atingir os seguintes resultados (cf. PNVBG, 2005:42):

* O reforço dos dispositivos jurídicos, sociais e psicológicos de protecção das vítimas e agressores(as) da VBG;
* A concepção e implementação de dispositivos de prevenção da VBG;
* A implementação de mecanismos institucionais e socioeducativos de reabilitação e reinserção social das vítimas e agressores(as) da VBG;
* O reforço da capacidade institucional de tratamento, equacionamento e resolução de problemas relacionados com a VBG;
* A concepção e implementação de estratégias de comunicação e mobilização social para combater a VBG;
* A definição e implementação de um quadro institucional e de mecanismos de parceria definidos no combate à VBG.

# 3. Resultados atingidos

Seguindo a lógica participativa e de parcerias sobre a qual o PNIEG e o PNVBG estão estruturados, percebe-se uma mudança bastante significativa na visibilidade da questão de género pela própria sociedade cabo-verdiana. Se antes não se falava sobre o assunto, hoje grande parte da sociedade discute e se interessa pelo tema. Em especial, a VBG passou de tema tabu a tópico de discussão corrente.

Não há dúvidas de que o sector VBG foi o que mais avançou no contexto do PNIEG e é certo que muito se deve à estruturação do tema em um modelo de programa, que contou com seu próprio marco lógico e mecanismos de captação de recursos. Essa abordagem trouxe aos parceiros responsáveis pela implementação do PNIEG a oportunidade de trabalhar o tema da VBG de forma mais integrada e sistemática, fugindo da lógica de implementação pontual que permeou outras actividades do PNIEG. Nesse sentido, pode-se dizer que a implementação do PNVBG é, até o momento, um sucesso e o modelo de implementação em formato programa é uma boa prática que pode e deve se estender a outros sectores do PNIEG.

## 3.1. Legislação

A maior **conquista** do PNVBG é, certamente, a aprovação da Lei sobre a Violência Baseada no Género, que entrou em vigor em Março de 2011 e transforma a prática em crime público, definindo também as medidas de prevenção para diminuir o número de vítimas. “Dividida em quatro partes, a Lei sobre VBG define acções de prevenção, respostas mais céleres no atendimento por parte de instituições como os tribunais, transforma o incidente em crime público, contempla medidas para a reabilitação do agressor e garante apoio psicológico e material às vítimas.”[[1]](#footnote-1)

A aprovação da lei, por unanimidade no parlamento, foi o produto de intenso trabalho de pesquisa, parceria e advocacia, envolvendo uma gama de atores relevantes no cenário político e institucional de Cabo Verde. De forma resumida, o trabalho envolveu um série de etapas estruturadas, resultado do intenso esforço do ICIEG e seus parceiros, a saber:

* Inclusão do módulo de VBG no inquérito sobre saúde sexual e reprodutiva do Instituto Nacional de Estatística – INE, em 2005: esse passo foi essencial para convencer líderes e parceiros de que a VBG representa um problema grave e endémico na sociedade cabo-verdiana, e da necessidade de se estabelecer medidas severas para combate-la (o inquérito demonstrou que 22% das mulheres entre os 15 e os 49 anos eram vítimas de violência doméstica[[2]](#footnote-2));
* Pesquisas e estudos sobre leis vigentes e boas práticas internacionais: esse trabalho envolveu juristas e técnicos em equidade de género no sentido de identificar modelos nos quais a lei poderia se basear, e a preparar o texto da lei cabo-verdiana sobre VBG para discussão na Assembleia Nacional;
* Lobbying e advocacia para a votação e aprovação da lei: esta etapa, coordenada pelo ICIEG, incluiu parceiros importantes como a Rede de Mulheres Parlamentares, ONGs, parceiros no atendimento a vítimas de VBG, activistas e organizações internacionais, como a Embaixada dos Estados Unidos. Este trabalho, estruturado de forma estratégica e com um claro plano de acção, foi fundamental para a conscientização e convencimento de parlamentares e da sociedade civil sobre a lei, pois a mesma não contava com um grande número de entusiastas no início do processo de discussão (o argumento de que a lei “destruiria famílias” era o mais comum entre seus detractores, inclusive entre mulheres em posição de poder).

A aprovação da lei sobre VBG deu impulso e continuidade a iniciativas que já vinham sendo implementadas há alguns anos no âmbito do PNIEG e, na sequência, do PNVBG. Em primeiro lugar, houve acções claras de comunicação social para a conscientização pública contra a VBG. O aumento exponencial da visibilidade da questão de género e, em especial, da VBG foi citado com unanimidade por todos os entrevistados como a principal mudança na sociedade cabo-verdiana desde o início da implementação do PNIEG. A consequência directa dessa transformação se reflecte no aumento substancial no número de denúncias de VBG, tanto por parte das vítimas quanto de testemunhas e no conhecimento sobre formas de violência como a psicológica e económica. Esse aumento das denúncias é, muitas vezes, erroneamente confundido com um aumento na VBG em si e é importante que tanto o ICIEG quanto os parceiros que prestam atendimento às vítimas estejam preparados para responder a estas críticas com dados e informações substanciadas.

Assim, há uma impressão generalizada de que a ocorrência de VBG diminuiu em Cabo Verde, pois hoje há uma mudança de atitude com relação ao tema, que deixou de ser socialmente aceitável para se tornar moralmente condenável. Se antes era comum que homens admitissem publicamente a prática da violência, e até mesmo falassem dessa atitude com certo orgulho, hoje isto não é mais tolerado. Essa mudança de paradigma é extremamente saudável para a sociedade, mas, nos próximos anos, serão necessários mais estudos para comprovar se a prática da VBG de fato diminuiu ou se, simplesmente, continua de forma mais discreta. Nesse sentido, é altamente relevante que os próximos inquéritos realizados pelo INE, por exemplo, continuem a incluir o módulo VBG.

## 3.2. Apoio e protecção à vítima de VBG

Entre os principais resultados obtidos no combate à VBG, está a formação de uma rede de protecção e atendimento às vítimas de VBG. Na realidade, o trabalho da Rede Sol, como é conhecida, já havia sido iniciado desde 2004, antes mesmo da discussão e aprovação da lei. Trata-se de uma parceria interinstitucional e multidisciplinar, formada por ONGs, polícia, hospitais, delegacias de saúde e órgãos da justiça como a Casa do Direito, que oferecem um apoio integral às vítimas de violência. O objectivo da Rede Sol é o de “prestar um apoio de qualidade às vítimas de violência doméstica com máxima celeridade (até 48h), segurança e eficácia possível, através da facilitação nos encaminhamentos, atendimento personalizado e adequado, caso a caso”[[3]](#footnote-3). A rede está presente em oito concelhos, abrangendo cinco ilhas: Santiago, São Vicente, Fogo, Sal e Santo Antão. De acordo com os dados disponíveis, até o final de 2010 foram atendidas pela rede aproximadamente 5886 mulheres, número que vem crescendo a cada ano[[4]](#footnote-4).

**Evolução do atendimento às vítimas da VBG pela Rede Sol (números aproximados)**

2007 2008 2009 2010

**622 883 1.178 2.138**

Em geral, o funcionamento da Rede Sol começa no Gabinete de Atendimento à Vítima, que, na maioria das vezes, está implementado nas esquadras da polícia nacional. Hoje, Cabo Verde conta com 6 GAVs implantados em esquadras policiais, em Praia ASA, Mindelo, São Filipe Fogo, Espargos Sal, Assomada, e Urgência do Hospital Central de São Vicente. Outros 3 GAVs são gabinetes de apoio que funcionam fora de esquadras (Paul, Porto Novo e Ribeira Grande de Santo Antão) e há demanda para a implementação de mais gabinetes. No GAV, a vítima recebe o primeiro atendimento, passando pela denúncia do crime, atendimento psicossocial, assistência jurídica, encaminhamento para o hospital para exames e apoio ao empoderamento económico. No contexto da implementação e aprimoramento do trabalho do GAV, uma importante iniciativa do PNVBG foi a sensibilização e formação de policiais no tocante à VBG e ao tratamento da vítima. Até 2010, foram sensibilizados 372 policiais da Polícia Nacional, e foram formados 15 formadores/ multiplicadores dentro da polícia[[5]](#footnote-5).

A estrutura da Rede Sol é fluida e pode variar em diferentes concelhos. Por exemplo, a Fundação Zé Moniz, juntamente com o ICIEG, mantém uma linha telefónica para atendimento inicial e denúncias. Há gabinetes de atendimento fora das esquadras da polícia, e disponibilidade de serviços prestados também podem variar: a Verdefam, ONG do campo da saúde, realiza exames médicos e atendimento psicológico; a MORABI, na praia, conta com um escritório da Casa de Direito. Algumas vítimas também recebem o primeiro atendimento no próprio ICIEG.

Essa informalidade no trabalho da rede, ao mesmo tempo que é fundamental para um funcionamento célere e sem barreiras burocráticas, representa, também um risco. Na sua fluidez, a rede também é uma estrutura frágil. O maior de todos os riscos é o tratamento da vítima atendida, que varia de região para região, e dependendo do técnico que a atende. Já houve tentativas de uniformizar o atendimento: em 2008, um manual de procedimentos para o atendimento à vítima foi elaborado, mas não há evidências de sua plena utilização. Há, também, questões sobre a capacitação dos agentes responsáveis pelo primeiro contacto, considerando-se que a vítima de VBG chega ao GAV extremamente fragilizada e é fundamental que seja tratada com respeito e encaminhada de maneira adequada. Embora a qualidade do atendimento tenha melhorado muito, ainda há relatos de casos em que as vítimas são, por exemplos, aconselhadas a desistir da queixa, pensar melhor, ou voltar para casa e conversar com o companheiro agressor antes de prosseguir.

Um outro desafio é a necessidade de deslocamento constante da vítima para os diversos serviços, que nem sempre estão disponíveis no mesmo local do GAV. Há casos em que as mulheres que procuraram o GAV não deram prosseguimento ao atendimento, pois os deslocamento e o atendimento em outros locais dificultavam sua presença. Nesse sentido, seria mais indicado que, no futuro, o GAV viesse a funcionar como um “one-stop shop”, onde todos os serviços estivessem disponíveis no mesmo espaço.

Relacionado à questão da informalidade e diferenças em procedimentos colocada acima, há uma necessidade premente de se esclarecerem os papéis e responsabilidades dos atores da Rede Sol. Durante a avaliação, pode-se notar que, além de dúvidas e interpretações diferenciadas acerca dos passos e procedimentos de atendimento, há, também, duplicação e ineficiência de esforços. Particularmente relevante é a questão da divisão de papéis entre o poder público e das ONGs. Em Cabo Verde, como em muitos países em desenvolvimento e menos desenvolvidos, há uma tendência de que a rede não-governamental assuma funções de estado, como, por exemplo, a prestação de serviços de saúde. Uma maior clareza de papéis permitirá discutir onde, de facto, o estado precisa assumir suas funções específicas e, em que iniciativa, as ONGs devem continua actuando. Na opinião desta avaliação, as ONGs e associação de base deveriam continuar focando seu trabalho em áreas como a comunicação, sensibilização, prevenção, etc., enquanto os serviços que dizem respeito aos direitos fundamentais dos cidadãos devem ser prestados pelo sector público.

Uma outra questão importante do atendimento à vítima é o que ocorre após a denúncia e primeiro contacto com o GAV. O trâmite dos processos na justiça e o acompanhamento da vítima durante as semanas e meses seguintes são essenciais para que o bom atendimento prestado pela Rede Sol tenha continuidade de forma satisfatória, e que haja, de facto, uma resolução do problema de agressão – e que as vítimas continuem encorajadas a denunciar e a buscar apoio. Durante a avaliação, a morosidade da justiça surgiu frequentemente como uma área de gargalo. Nos próximos meses e anos, será necessário observar atentamente, acompanhar e pressionar a justiça para que seu trabalho traga respostas satisfatórias e céleres a todos os casos de violência. O momento actual é importante e propício para que a informação sobre a VBG (e as oportunidades de apoio) continue a ser disseminada e absorvida pela população. Entretanto, se a resposta não for adequada, corre-se o risco de que a lei e o apoio à vítima percam sua credibilidade e que a conquista que se celebra no momento actual seja revertida.

Ainda com relação ao apoio à vítima, a Rede Sol também tem sido instrumental em oferecer oportunidades de empoderamento económico às mulheres que sofrem violência. Tanto o “Fundo Esperança”, operado pela Rede de Mulheres Economistas, quanto os programas de microcrédito oferecidos por organizações parceiras como a MORABI e OMCV a vítimas, são instrumentos importantes para este fim. Entretanto, como já foi dito anteriormente neste relatório, ainda há que se trabalhar na questão do empoderamento económico de forma mais estratégica e sistemática. É importante estudar de forma aprofundada as alternativas de empoderamento económico, pois o microcrédito é apenas uma das soluções possíveis. Nesse sentido, vale observar e aprender com a experiência internacional. Algumas alternativas possíveis incluem a oferta de bolsas de estudos, empregos e estágios profissionalizantes no sector público e privado.

É particularmente necessário trabalhar caso a caso com as vítimas de VBG para que conheçam seus direitos, as possibilidades de resolução de conflitos e as alternativas para sair de um relacionamento onde há agressão. Em última instância, caso a vítima de violência decida sair da casa do companheiro, é necessário que haja recursos e um local adequado para recebê-la.

## 3.3. Engajamento de homens no combate à VBG

Um resultado notável do trabalho de conscientização social que vem sendo realizado foi a formação, em 2009, do Grupo Laço Branco. Originalmente em parceria com a ONG canadense Laço Branco, o grupo em Cabo Verde vem sendo um dos instrumentos mais poderosos para o engajamento de homens no combate à violência contra a mulher. O grupo conta com aproximadamente 30 membros permanentes, além de centenas de outros homens apoiadores da causa e sua maior conquista vem sendo a desconstrução do pensamento machista nos próprios membros, mas também no trabalho de influência do grupo sobre outros homens. O trabalho do grupo Laço Branco está descrito em maior detalhe em um estudo de caso incluído no relatório de avaliação.

# 4. Lições Aprendidas

Ao longo da implementação do PNVBG, os atores responsáveis pela tomada de decisão e implementação do plano demonstraram boa capacidade de aprendizado e incorporação de lições identificadas. De qualquer forma, esta avaliação também buscou identificar outras lições relevantes e boas práticas decorrentes do trabalho de 4 anos no tema. As principais são:

* **O sucesso da implementação do plano somente foi possível por causa da parceria formada pelas diversas instituições públicas e do sector não-governamental.** A estratégia de trabalhar em parceria, de forma participativa e multidisciplinar, foi acertada para a implementação do PNVBG. O trabalho desenvolvido no contexto do plano representa um marco nas relações entre governo e sociedade civil, e deveria ser estudado como boa prática por outros sectores. O modelo de trabalho da Rede Sol, por exemplo, embora possa ser melhorado, demonstra que é possível juntar atores diversos em torno de uma visão comum, a de prestar um serviço necessário, urgente e de qualidade à população. Por outro lado, esta estrutura também revelou fragilidades, sendo a principal a divisão dos papéis e responsabilidades, e a necessidade de sistematização de um procedimento comum de trabalho. Para este tipo de trabalho em rede, uma lição importante é que a agenda comum exige um trabalho mais detalhado de concertação e harmonização para evitar duplicação de esforços, ineficiência e, em última instância, a queda na qualidade do atendimento ao público-alvo. Exige, também, uma análise e adaptação dos procedimentos operacionais, de modo que a distribuição de recursos ajude as organizações a alcançar os mais marginalizados em tempo útil, sem atrasos burocráticos.
* **A assunção da agenda e de uma abordagem comum para a equidade de género por parte dos diversos parceiros implementadores é fundamental para a obtenção de resultados significativos e sustentáveis.** Há muitos exemplos ao longo da implementação do plano que demonstram que o trabalho com parceiros verdadeiramente engajados em torno de uma causa comum pode gerar mudanças profundas e com grande potencial de impacto. Um exemplo claro foi a aprovação da Lei sobre VBG, que, entre outros factores, dependeu do comprometimento, vontade e capacidade de acção de diversos grupos de interesse trabalhando em conjunto. Por outro lado, os resultados da avaliação mostram que, quando não há comprometimento por parte de parceiros essenciais, os resultados acabam por ser pouco expressivos e com sérios riscos à sustentabilidade. A sensibilização de atores tomadores de decisão é um elemento crucial para a apropriação.
* **O uso de informações baseadas em evidências, dados desagregados e a sistematização de experiências facilita o trabalho de advocacia em favor da causa.** Mais uma vez, a aprovação da Lei sobre VBG demonstra que, usadas de forma estratégica, as estatísticas tornam-se poderosos instrumentos de convencimento em favor de um objectivo. Isso também se estende à documentação e sistematização de experiências. Quanto mais material e evidência dos resultados positivos da equidade de género estiverem disponíveis aos parceiros, maior o manancial de recursos para a advocacia. Assim, é necessário continuar a apoiar inquéritos e investigações que usem dados desagregados pesquisem a situação da VBG, como também instituir um sistema regular de seguimento, avaliação e sistematização de lições aprendidas que foque nos resultados e mudanças obtidos com os planos (para além das actividades implementadas).
* **Trabalhar de forma focada, com abordagens estratégicas, garante melhores resultados do que trabalhar em muitas frentes de forma pontual.** A área em que mais se avançou no contexto da equidade de género foi a do combate à VBG, e ficou demonstrado, a longo da avaliação, que muito se deve ao fato de este componente ter sido abordado de forma programática e estratégica, por meio do PNVBG. Esta forma de organização torna possível realizar actividades de forma mais estruturada e com maior potencial de impacto. Além disso, a abordagem de programa também facilita a captação de recursos para áreas específicas.
* **O foco no aprendizado e intercâmbio de experiências é importante para o fortalecimento organizacional das instituições parceiras, e para capitalizar sobre os resultados obtidos no contexto dos planos.** Muitas das organizações que participaram da implementação do PNVBG sofrem com dificuldades técnicas, financeiras e de sustentabilidade. Por outro lado, foram essas mesmas organizações que, mesmo sob fortes restrições, garantiram vários dos resultados positivos alcançados pelo plano. Ter encontros regulares para a troca de experiências pode ajudar as organizações a aprender umas com as outras sobre como superar as dificuldades no terreno e sobre as boas práticas adoptadas. Além disso, um espaço de diálogo permanente e regular entre as organizações pode enriquecer o know-how sobre equidade de género, facilitar a resolução de problemas, e até mesmo funcionar como um fórum de advocacia e demonstração para potenciais parceiros que se busca engajar.
* **O trabalho de comunicação social e sensibilização da população é fundamental para impulsionar as mudanças.** O engajamento de homens no combate à violência contra a mulher por meio do Grupo Laço Branco destaca-se como uma boa prática de sensibilização para a questão. Além disso, a formação de animadores e multiplicadores sociais também é uma ferramenta importante que pode gerar frutos interessantes. Esta é uma área em que as parcerias do PNVBG devem ser ampliadas, envolvendo actores sociais capazes de chegar às populações mais marginalizadas e isoladas. Por exemplo, uma parceria com o sector do voluntariado (nacional e internacional) pode ser uma importante táctica, já que voluntários, muitas vezes, estão dispostos a se integrar às comunidades e a ir “onde ninguém mais quer ir”. A experiência do Programa de Voluntários da Nações Unidas já demonstrou este factor em diversos países.

# 5. Recomendações

## 5.1. Recomendações no nível estratégico

* **R1: Fortalecer as organizações parceiras no combate à VBG com capacitação, harmonização e troca de conhecimentos.** O trabalho das organizações parceiras, conforme já demonstrado, foi fundamental para o sucesso do PNVBG e muito se conseguiu com poucos recursos. Contudo, essas mesmas organizações sofrem com desafios de capacidade técnica e financeira, preocupando-se constantemente com sua sustentabilidade. Se, por um lado, programas e projectos são, em geral, a principal fonte de captação de recursos para as organizações do sector não-governamental, por outro, é possível ampliar as oportunidades de aprendizado, capacitação e especialização técnica por meio de medidas relativamente simples, como a implementação de uma abordagem sistemática de seguimento, avaliação e sistematização de lições aprendidas, e de encontros regulares para o intercâmbio de experiências. As organizações internacionais, além de contribuir com recursos financeiros para estes encontros, devem também contribuir com assistência técnica, trazendo experiências e novos conhecimentos para a discussão.
  + **Responsabilidade primária:** ICIEG, organizações financiadoras internacionais
  + **Outros colaboradores:** organizações parceiras na implementação do plano
* **R2: Fortalecer e ampliar parcerias com o poder local e organizações de base para chegar à população.** Durante a implementação do plano, O ICIEG desempenhou vários papéis, desde a coordenação em alto nível, até actividades de apoio directo às comunidades e indivíduos vítimas de VBG. Este desdobramento, ambicioso, pode ter sido, também, fonte de ineficiências. Em consonância com a definição de papéis e responsabilidades, o ICIEG deve avaliar sua própria posição e considerar que papéis, de facto, deve desempenhar para obter melhores resultados. Recomenda-se que o ICIEG concentre-se nos trabalhos de coordenação, articulação e transferência de capacidades no nível macro, e que fortaleça e amplie parcerias para que as organizações locais e de base (inclusive do sector privado, quando for o caso) sejam responsáveis pelas actividades locais.
  + **Responsável primário:** ICIEG, organizações do poder local e associações de base
  + **Outros colaboradores:** ONGs relevantes, sector privado
* **R3: Continuar a abordagem programática de combate à VBG.** A experiência da implementação demonstrou que a abordagem em formato programa (como foi o caso do PNVBG) é um factor relevante para o sucesso dos resultados. A elaboração de planos e programas específicos permite uma actuação estratégica e sistemática, ao invés de pontual. Este modelo também facilita a captação de recursos para áreas específicas. Os processos de concepção, planeamento e execução de programas e projectos devem ser participativos (mantendo-se a lógica já adoptada no PNVBG) e contar com a assistência técnica (para além da financeira) de todas as organizações internacionais parceiras. Áreas prioritárias para investimento futuro: estabelecer directrizes, papéis e procedimentos claros para a Rede Sol; continuar a capacitar parceiros que prestam atendimento; continuar esforços de advocacia para criar condições para a implementação da lei de combate à VBG.
  + **Responsabilidade primária:** ICIEG, todas as organizações parceiras
  + **Outros colaboradores:** potenciais parceiros específicos de cada programa

## 5.2. Recomendações no nível operacional

* **R4: Discutir e definir os papéis e responsabilidades dos parceiros operacionais.** Em algumas áreas, a avaliação constatou que há uma necessidade premente de se esclarecerem papéis e responsabilidades, a fim de evitar duplicação de esforços e ineficiências. Para cada área de actuação, o PNVBG deve definir seus parceiros primários e secundários, inclusive utilizando matrizes que facilitem a compreensão. Particularmente no caso da Rede Sol, uma melhor articulação é considerada crucial para prestar um melhor atendimento à vítima. Para isso, também é necessário conhecer detalhadamente cada parceiro, seus pontos fortes e fracos, para melhor aproveitar o potencial de cada um. No contexto desta discussão, vale considerar novas parcerias (ou sua ampliação), por exemplo, com outros atores do sector público e com o sector privado e seus programas de responsabilidade social.
  + **Responsabilidade primária:** ICIEG, todas as organizações parceiras
  + **Outros colaboradores:** potenciais parceiros, incluindo sectores público e privado.
* **R5: Instituir um sistema regular de seguimento e avaliação dos resultados do PNVBG e de seus subprogramas.** O seguimento e avaliação são fundamentais para uma boa gestão, para a correcção de rumos em tempo útil e para a responsabilização pela implementação do plano e de seus subprogramas sectoriais. Embora a disponibilidade de dados e informações sobre a situação de género em Cabo Verde e sobre as actividades implementadas no contexto do PNVBG seja relativamente farta, até esta avaliação havia poucos dados concretos e uma maior reflexão sobre os resultados e mudanças efectivamente alcançados. Essa reflexão, de forma sistemática, é importante, facilita exercícios de avaliação e relatórios futuros e gera produtos que podem ser utilizados como poderosos instrumentos de advocacia. Por outro lado, compreende-se que, com sérias restrições orçamentárias e de recursos humanos, o ICIEG não tenha tido capacidade, até o momento, de implementar um sistema ideal. Recomenda-se que a organização conte com um técnico dedicado somente ao seguimento, avaliação e preparação de relatórios. Este técnico poderia ser, nos primeiros anos, financiado com recursos internacionais (ou um voluntário internacional, por exemplo), mas, no longo prazo, essa capacidade deve ser transferida para o ICIEG, com a contratação e treinamento de um técnico nacional.
  + **Responsabilidade primária:** Ministra Tutela do ICIEG, organizações financiadoras
  + **Outros colaboradores:** organizações e redes internacionais de seguimento e avaliação, INE
* **R6: Definir um plano de resposta à avaliação do PNVBG e de disseminação da mesma junto aos parceiros.** Conhecer e discutir os resultados e recomendações desta avaliação é um direito de todos os atores envolvidos na implementação dos planos e de seus beneficiários. Além disso, a disseminação do relatório e o envolvimento dos parceiros na discussão sobre como colocar em prática as recomendações aplicáveis ajuda a garantir a utilidade do exercício para produzir melhorias concretas para a implementação no futuro. A disseminação pode, ainda, ajudar a trazer novos parceiros para os planos e convencer atores resistentes. É importante estipular um calendário de divulgação da avaliação, com reuniões de apresentação dos resultados e discussão de próximos passos, incluindo organizações em todos os níveis. As ONGs e organizações de base devem levar os resultados aos beneficiários e, sempre que necessário, adaptar o formato e linguagem da apresentação. Seguindo as normas e padrões adoptados pela UNEG (UN Evaluation Group, uma rede profissional interagencial que estabelece boas prática na área de avaliação), recomenda-se que o relatório seja tornado público, disponível na internet.
  + **Responsabilidade primária:** ICIEG, ONU
  + **Outros colaboradores:** todas as organizações parceiras, sectores do governo em vários níveis, outros parceiros potenciais.

## 5.3. Recomendações referentes aos sectores do PNIEG

* **R10: Considerar as necessidades específicas de cada sector, os resultados alcançados e boas práticas na elaboração de programas e actividades futuras.** Durante a avaliação, foram identificados alguns pontos primordiais para dar continuidade ao trabalho nos diferentes sectores. São eles:
  + - Económico: estudar cuidadosamente alternativas e boas práticas internacionais para expandir a área de empoderamento económico para além do microcrédito (ex. programas de emprego, estágios profissionalizantes, bolsas de estudos, parceria com o sector privado, etc.);
    - Educação: fazer um esforço prioritário de sensibilização dos técnicos e decisores do ministérios para a questão de género como parte integrante da educação para a cidadania, a fim de dar continuidade ao trabalho de formação dos professores e revisão dos manuais escolares;
    - Saúde: continuar as campanhas de saúde preventiva e reforçar parcerias e capacidades das unidades que atendem a vítimas de VBG;
    - VBG: estabelecer directrizes, papéis e procedimentos claros para a Rede Sol; continuar a capacitar parceiros que prestam atendimento; continuar esforços de advocacia para criar condições para a implementação da lei;
    - Participação política: intensificar esforços de advocacia junto aos partidos políticos e organizações da sociedade civil, para uma maior participação de mulheres na tomada de decisões, e para que estas mulheres ajudam a avançar a equidade de género;
    - Comunicação social: investir na qualidade e mensagens das campanhas de conscientização; capacitar e sensibilizar os media para a questão de género.
  + **Responsabilidade primária:** todas as organizações parceiras
  + **Outros colaboradores:** parceiros potenciais

1. <http://www.platongs.org.cv/index.php?option=com_content&view=article&id=749:a-lei-sobre-a-violencia-baseada-no-genero-vbg-entra-em-vigor-&catid=37:actualidade&Itemid=67> [↑](#footnote-ref-1)
2. <http://www.ine.cv/pub_detalhe.aspx?id=161> [↑](#footnote-ref-2)
3. Ver: http://www.icieg.cv/article/38 [↑](#footnote-ref-3)
4. Ver: <http://vidactivafogo.blogspot.com/2011/01/icieg-comemora-dia-da-erradicacao-da.html> e Relatório 2010 do PNVBG [↑](#footnote-ref-4)
5. Ver: Relatório 2010 do PNVBG [↑](#footnote-ref-5)